

## ACORDO DE PARCERIA

entre a Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP  
e a Câmara Municipal de Ílhavo  
para a instalação e gestão de uma zona de comércio tradicional e  
eventos sazonais da responsabilidade da Câmara Municipal, a  
realizar no aterro marginal da Costa Nova

Considerando que:

- a) A Lei n.º 58/2005, de 29/12/2005 aprovou a Lei da Água e transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 200/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- b) A acima citada Lei n.º 58/2005 confere às Administrações de Região Hidrográfica, de acordo com a alínea a) do n.º 7 do artigo 9.º a faculdade de delegação nas Autarquias dos poderes de licenciamento e fiscalização de utilização de águas, bem como dos poderes para elaboração e execução de planos específicos de gestão das águas ou programas de medidas previstas nos art.ºs 30.º e 32.º, mediante a prévia celebração de protocolos ou contratos de parceria.
- c) Há já alguns anos foi construído um aterro na margem da Ria na Costa Nova do Prado, na freguesia da Gafanha da Encarnação, no Concelho de Ílhavo, no qual tem funcionado um pequeno parque de jogos e um jardim em área do Domínio Público Marítimo;
- d) A gestão do espaço referido que integra o domínio público marítimo cabe à Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP nos termos da Lei da Água (Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro);
- e) À Autarquia de Ílhavo interessa que a manutenção deste espaço se faça de forma regular, nomeadamente no que concerne aos aspectos que visam garantir o bom aspecto estético e paisagístico das estruturas, de modo a que, sobretudo na época balnear, se evite uma proliferação de barracas e/ou caravanas de venda de produtos do comércio tradicional, se controle a respectiva instalação, e se subordine a operação comercial ali desenvolvida a regras de uso e fruição definidas e controláveis pelos serviços do Município, designadamente em matéria de tipologia, horários, higiene e segurança.



Entre a **Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP**, e a **Câmara Municipal de Ílhavo**, é celebrado o presente Acordo que se rege pelas seguintes cláusulas:

### **Cláusula 1ª.**

(Objecto)

Constitui objecto do presente Acordo a colaboração entre as partes outorgantes em matéria de gestão preservação da qualidade paisagística dos terrenos pertencentes ao domínio público hídrico (DPM) da margem da Ria (Canal de Mira) na Costa Nova do Prado, bem como o controlo da regularidade formal do funcionamento dos estabelecimentos de comércio tradicional ali instalados.

### **Cláusula 2ª.**

(Competências delegadas na Câmara Municipal de Ílhavo)

Dentro da concretização das medidas previstas nos artigos 30.º e 32.º da Lei n.º 58/2005, de 29/12/2005 das atribuições previstas no artigo 13.º do DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio a Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP delega na Câmara Municipal de Ílhavo as competências para assegurar a gestão do espaço do aterro da Costa Nova assinalado na planta anexa, podendo o segundo outorgante emitir títulos de utilização para usos privativos do espaço assinalado na planta anexa, em especial o referenciado com a cor azul<sup>1</sup> - devendo assegurar a fiscalização dessas utilizações nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 90.º da citada Lei.


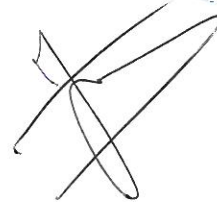
### **Clausula 3ª.**

(Obrigações da Câmara Municipal de Ílhavo)

Constituem deveres da **Câmara Municipal de Ílhavo**:

1. A gestão e manutenção do referido aterro, bem como a limpeza da zona ajardinada e espaços desportivos, assumindo para o efeito os encargos financeiros correspondentes ao fornecimento da mão-de-obra e materiais para a sua conservação e manutenção.
2. Implementar medidas tendentes a evitar ou prevenir perdas de poluentes que possam contaminar os recursos hídricos locais
3. Fornecer anualmente à ARH do Centro, IP todos os elementos necessários ao conhecimento das áreas ocupadas com instalações desmontáveis, até ao dia 31 de Dezembro de cada ano.

<sup>1</sup> - A planta anexa não é mais do que a planta a escala adequada do denominado "relvado da Costa Nova entre o Parque Infantil a Norte e o Cais dos Pescadores da Costa Nova a Sul com referência especial ao espaço previsto ocupar pelos quiosques conforme planta enviada à ARH/C e incluída no pedido de licenciamento do DPM efectuado pela C.M.I.



#### **Cláusula 4ª.**

(Encargos financeiros)

Pela utilização do espaço indicado na Cláusula 2.ª, afecto em particular à instalação de infra-estruturas modulares para o exercício de comércio tradicional, designadamente artesanato, farturas e bolacha americana, identificado pela cor azul na planta acima mencionada, bem como com todo aquele o que puder ser afecto à utilização sazonal e específica com eventos a organizar pela Câmara Municipal de Ílhavo e/ou onde esta entidade é parceira privilegiada, tais como o festival de marisco, os festivais de folclore, as actividades inseridas no Programa Municipal de Ocupação dos Tempos Livres (PMOTL) e onde se procura incutir às camadas mais jovens os princípios de cidadania e do respeito pela natureza, nomeadamente pelo ecossistema lagunar e costeiro a **Câmara Municipal de Ílhavo** pagará, à ARH do Centro o valor estabelecido pelo DL 97/2008 de 11 de Junho, correspondente a três meses de utilização (meses de Junho, Julho e Agosto) referente às áreas do DPM efectivamente ocupadas com as actividades referidas.

#### **Cláusula 5ª.**

(Validade)

1. O presente Acordo é válido pelo período de cinco anos, podendo ser revisto no final de cada ano, caso as condições constantes do presente Acordo se alterarem na sequência da análise conjunta a realizar pelas duas entidades até ao dia 31 de Dezembro de cada ano, renovando-se entretanto por períodos sucessivos e iguais enquanto não for denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de um mês.
2. Em caso de renovação, as áreas serão actualizadas (em função da área do aterro da Costa Nova que for afectada ao Protocolo) e os encargos financeiros serão actualizados de acordo com os índices de preços no consumidor publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no art.º 17º do DL nº 97/2008.

#### **Cláusula 6ª**

(Revisão do acordo)

O presente Acordo poderá ser revisto se ocorrerem alterações anormais das circunstâncias que determinaram os seus termos.



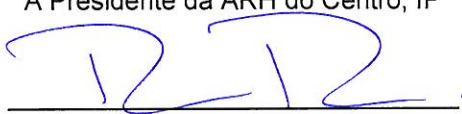
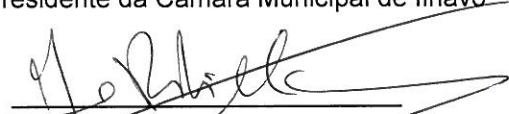
**Cláusula 7ª.**

(Resolução do acordo)

Este acordo será resolvido se qualquer uma das partes não cumprir as prestações a que se obriga até ao fim do prazo fixado, com as prorrogações que possam ser aceites.

Este acordo é feito em dois exemplares, ambos com o valor de originais e composto por três páginas, devidamente assinadas por ambas as partes.

Coimbra, 15 de Maio de 2010

<p>A Presidente da ARH do Centro, IP</p>  <p>(Prof. Doutora Teresa Fidélis)</p>	<p>O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo</p>  <p>(Eng. José Agostinho Ribau Esteves)</p>
--	---



## ANEXO AO PROTOCOLO

